

PROPOSTA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O TURISMO E HABITAÇÃO SUSTENTÁVEIS NA COMUNIDADE RIBEIRINHA BAR DA HORA EM BARREIRINHAS - MA

Terezinha Mendes Farias^{1*} (IC), Marcelo Moizinho de Oliveira² (PQ), Mariano Oscar Aníbal Ibañez Rojas³ (PQ).

^{1*} Rua 4-I, Quadra 4-I, nº 32, Residencial Pirapemas, Cidade Operária, São Luís – MA - CEP 65058-081. tchemistry8@yahoo.com.br. ² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Av. Getúlio Vargas, nº 04 - Monte Castelo - São Luís - MA - CEP 65030-005. ³ Povoado Poraquê, S/N - Zona Rural - Codó - MA - CEP 65.400-000.

Palavras-Chave: EA, Povos Tradicionais, Bar da Hora.

Resumo: Analisando a relação homem-recursos naturais percebe-se povos capazes de utilizá-los e ao mesmo tempo conservá-los: as populações tradicionais. Neste trabalho realizaram-se atividades para EA Informal visando promover à comunidade ribeirinha Bar da Hora (Barreirinhas) - de forma lúdica e informativa - uma oportunidade de reflexão sobre a exploração indiscriminada dos recursos de que dispõem e que são indispensáveis à continuidade de sua dinâmica social, cultural e histórica. Considerando a localização do povoado, a APA da Foz do rio Preguiças/Pequenos Lençóis no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e seu potencial para desenvolver atividades científicas, educativas, turísticas e produtivas, propuseram-se atividades sob a forma de uma palestra-dinâmica associada a percepção abordando questões ambientais numa perspectiva transversal com vistas à promoção de sua sustentabilidade. A estrutura do trabalho resultou em significativa aceitação pelos nativos, produzindo resultado satisfatório para a proposta do momento e previsão de continuidade da ação.

INTRODUÇÃO

Em uma comunidade sustentável as pessoas cuidam das relações que estabelecem com os outros, com a natureza e com os lugares onde vivem. Essa comunidade aprende, pensa e age para construir o seu presente e futuro com criatividade, liberdade e respeito às diferenças (BRASIL, 2004).

Um dos grandes desafios da sociedade, atualmente, é viver com qualidade de vida. Com o passar do tempo, as gerações foram deixando um rastro negativo de sua existência, comprometendo a própria permanência no planeta. Desde a década de 1940, determinações importantes resultaram de encontros e conferências realizados no período, mas a Educação Ambiental (EA) só começa a tomar corpo a partir da Conferência de Belgrado, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1975, em que se formularam os princípios e orientações para o desenvolvimento de um programa de EA.

A EA é uma das temáticas mais desafiadoras e abrangentes dos sistemas educacionais, considerando sua importância frente à problemática em âmbito global e local, que exige da humanidade uma nova postura em relação ao seu modo de ser, ver, viver e relacionar-se entre si e com o ambiente do qual faz parte (REIGOTA, 1994).

Formalmente, a Constituição Federal de 1988 afirma que são necessários enormes esforço e criatividade por parte das escolas, instituições e grupos sociais para efetivarem propostas de EA adequadas a cada realidade (BRASIL, 1988); no entanto, não garante orientação que a possibilite e a viabilize.

Contextualizando o conceito de EA, entende-se como uma prática educacional sintonizada com a vida em sociedade, que deve ser inserida sob diversos enfoques: social, econômico, político, cultural, artístico, não podendo ser considerada como uma prática estanque e sim interdisciplinar. Ela é o resultado de uma orientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais. É, portanto, de um processo transformador e conscientizador que vai interferir, de forma direta, nos hábitos e atitudes dos cidadãos.

A preocupação com o meio ambiente foi impulsionada por importantes reflexões de movimentos sociais e de movimentos ambientalistas, principalmente pelos ecologistas. A ecologia é um tema cujo conceito tem interpretações diferenciadas: para uns trata-se, apenas, de uma visão política, e, para outros, de uma ciência propriamente dita (FERRY, 1993).

Para compreender a EA ou a falta dela, há que se discutir e refletir sobre os valores éticos que circundam o processo civilizatório do ser humano, tornando-se mais urgente essa mudança nos hábitos e atitudes antropocêntricas em relação ao ambiente (BERNA, 1994). Ele aponta que no universo não existe uma espécie mais especial ou importante que outras. Por falta da consciência de interdependência e integração, o ser humano atingiu um estágio de distanciamento da essência da própria vida, gerando um universo urbano com necessidades que o escravizam.

Preservar cada ecossistema existente é muito importante para que se mantenha a variabilidade dos organismos vivos e as combinações em que ocorrem na natureza. Um ecossistema único composto por dunas, mangues e restingas como o do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e Área de Proteção Ambiental (APA) da Foz do rio Preguiças/Pequenos Lençóis é fundamental para a manutenção da diversidade de meios naturais existentes no Brasil. Além da relevância biológica, a área de realização deste trabalho monográfico apresenta potencial para o desenvolvimento de atividades científicas, educativas, recreativas, turísticas e com vistas à promoção de sustentabilidade ao meio e à sua população tradicional.

A melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais que dependem do equilíbrio produtivo e ambiental da área em que vivem - como os (as) pescadores (as) artesanais e marisqueiros (as) – perpassa pela implementação de diversas medidas, dentre as quais, ações de sensibilização em EA para que os moradores busquem a reversão do processo de sofrimento em que se encontram com a escassez dos recursos naturais que as mantinha e fixava naquela região. Reaprender a viver segundo essa nova lógica é uma tarefa difícil e desafiadora e requer o envolvimento consciente dos indivíduos que habitam a região.

Desse modo, a intenção de abordar questões ambientais, considerando sua relevância social na perspectiva transversal para a região à qual se volta o presente trabalho contribui para a formação de cidadãos capazes de enfrentar os desafios ocorridos na localidade a partir da intensificação do turismo e do desequilíbrio ambiental promovido por este, pela ocupação desordenada da região e pela diminuição do potencial de pesca, mariscagem e demais atividades extrativistas provedoras do sustento dos nativos. Tal trabalho sensibilizador é necessário - a curto e médio prazos - para promover aos moradores do povoado Bar da Hora (Barreirinhas), de forma lúdica e informativa, uma oportunidade de reflexão sobre os resultados da exploração indiscriminada dos recursos de que dispõem e que são indispensáveis à continuidade de sua dinâmica social, cultural e histórica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Até os anos 2000 a.C. conta-se que a Terra era habitada por cerca de 27 milhões de seres humanos (DIAS, 2004), momento em que os impactos provocados ainda não eram capazes de promover alterações ambientais significantes. Com o passar do tempo, o domínio do homem sobre a natureza foi se ampliando, sua vida tornando-se relativamente estável e a população começa a crescer expressivamente. Assim, a EA surge como resposta à preocupação da sociedade com o futuro da vida.

Em consequência dessa modernização da vida, em pouco tempo foi possível evidenciar-se o surgimento, em alguns casos, e a intensificação, em outros, de problemas ambientais que passaram a afetar a qualidade de vida das pessoas, mostrando-se como elementos de uma possível crise de relações entre a sociedade e o meio ambiente. Passados quase dois milênios, a partir da década de 1950 surgem os primeiros movimentos que evidenciaram a preocupação existente com o meio ambiente. Desde então começaram a ocorrer manifestações diversas para o desenvolvimento de uma consciência ambiental planetária. Em 1947 foi fundada, na Suíça, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e em 1968, foi criado o Clube de Roma, com cerca de 30 indivíduos, que discutiam assuntos ambientais emergentes da época representando 10 diferentes países, conforme Guimarães (2000).

Como política pública, a EA foi introduzida no cenário mundial em 1972 com a realização da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, que aconteceu ao mesmo tempo em que o Clube de Roma (formado por países ricos) publicou um relatório sobre o crescimento demográfico e a exploração dos recursos naturais intitulado "Limite de Crescimento", que teve a importância de denunciar os limites da exploração do planeta, bem como sua fragilidade. Ela começa a se fortalecer, até ganhar destaque em 1977, com a Conferência de Tbilisi, que apresentou importantes recomendações para seu desenvolvimento em âmbito regional, nacional e internacional.

A criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) ocorre no Brasil em 1973, vinculada ao Ministério do Interior e estabeleceu como parte de suas atribuições esclarecer e educar o povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais e para a conservação do meio ambiente. Esta iniciativa foi reforçada na Política Nacional de Meio Ambiente, representando no âmbito legislativo a necessidade de incluir a EA em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente, evidenciando a capilaridade que se desejava imprimir a essa prática pedagógica (BRASIL - MMA, 2003).

A preocupação em ter-se uma educação voltada para o meio ambiente vinha crescendo no Brasil desde a década de 60 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 institucionalizou fundamentos importantes corroborando anseios dos grupos de discussões de diversos segmentos. Em seu texto, ela traz o Capítulo VI versando especificamente sobre meio ambiente, cujo caput o registra como direito de todos e em seus parágrafos e incisos o texto discorre sobre formas de o poder público assegurar a efetividade e a indisposição do direito do cidadão brasileiro ao meio ambiente preservado, bem como prever as sanções a quem violar o legalmente estabelecido.

Visando cumprir o disposto na Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a RIO-92, em 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea) (BRASIL-MMA, 2003).

A inclusão da questão ambiental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n° 9394/96 passou a considerar a compreensão do ambiente natural como fundamental para a educação básica, funcionando como uma importante ação no nível educacional. Outro passo consolidador para os estudos do meio ambiente, neste caso, dentro do ensino formal foi a inclusão da área de Meio Ambiente como um dos temas transversais nos PCNs, que faz a temática fundamentar-se com uma postura de que todo e qualquer trabalho pedagógico com a questão ambiental deva estar centrado no desenvolvimento de atitudes e posturas éticas e, no domínio de procedimentos, mais do que na aprendizagem de conceitos.

A partir de 1999 a EA passou a ser regida por uma legislação específica, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), pois a formulação da Lei 9795/99 a consolida como prática obrigatória e interdisciplinar em todos os espaços educacionais, devendo ser promovida em todos os espaços da ação humana: escolas, empresas, igrejas e demais instituições que envolvam trabalhos em grupo. Nos dois primeiros artigos a define como todos os processos nos quais indivíduo e coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências de conservação do meio ambiente, bem essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade e aponta que a EA deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal dando uma idéia geral do direcionamento da política nacional de meio ambiente.

Já no século XXI, no ano de 2002 houve a "Rio + 10", em Joanesburgo, com o objetivo de fazer um balanço das ações socioambientais realizadas na década que sucedeu a Rio-92. Para o período de 2005 a 2015, instituiu-se a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, em iniciativa das Nações Unidas intermediada pela Unesco, para a qual tem-se a expectativa de tanto a educação quanto a questão da sustentabilidade poderem ser vistas com mais seriedade e compromisso.

A relação turismo-comunidade representa a base de um processo sustentável. O desenvolvimento turístico de bases sustentáveis, por meio do envolvimento comunitário é mais que um trabalho desafiador e apaixonante, é uma oportunidade de estimular a cooperação entre as pessoas, não apenas para melhorar a renda, mas também para valorizar seus costumes e forma de vida, singularidades cada vez mais requisitadas pelos turistas, Mielke (2010).

A existência de Unidades de Conservação (UCs) tem por finalidade assegurar a manutenção da diversidade biológica, genética, proteger as espécies ameaçadas de extinção, preservar e restaurar o ecossistema natural e promover o desenvolvimento sustentável: base para a subsistência das populações tradicionais. As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) foram criadas pela Lei n° 6902/81, como uma das categorias de UCs existentes no Brasil, cabendo ao poder público (federal, estadual e/ou municipal) incentivá-las e zelar pelas mesmas, conforme determina o Decreto Federal n° 88351/83. Segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), "as APAs são UCs destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais" (Res. n. 10/88, art. 1°).

Pensando em grupos comunitários, pretende-se para eles uma autonomia que os torne capazes de realizar a própria gestão turística e que represente uma forma de turismo sustentável (MIELKE, 2010). A institucionalização, o nível de liderança e os indicadores de sustentabilidade dependem de uma base formadora sólida e abrangente, que pode atender todos os públicos, sendo possível adotar novas posturas e propor sensibilização ecológica a pessoas de qualquer idade.

METODOLOGIA

Este trabalho constituiu-se como uma pesquisa educativa participante com abordagens na pesquisa qualitativa pautada no materialismo dialético para moradores da comunidade Bar da Hora (Barreirinhas).

A palestra foi estruturada sob a forma de dinâmica e abordou - por meio de exposições verbais e uso instrumentos lúdicos - o tema Educação Ambiental na educação informal dentro do contexto sócio-cultural daqueles indivíduos. Estruturalmente, o trabalho foi ordenado contemplando as etapas a seguir: logística da palestra, que foi fundamental para a delimitação dos eixos a serem trabalhados e na escolha de quais informações destacar dentro de um tema tão amplo; o passo posterior foi desenvolver uma logística das atividades, envolvendo a criação, o planejamento e montagem destas de acordo com os recursos disponíveis e o nível considerado compatível à realidade do público alvo.

Feito isto, reservaram-se para o trabalho de campo a realização das atividades segundo o programado, a coleta e o registro dos dados e para fase subsequente o tratamento e interpretação dos dados e registros fotográficos de todo o trabalho.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os registros deste trabalho referem-se a uma sequência de atividades lúdicas para Educação Ambiental Informal praticadas na comunidade ribeirinha Bar da Hora localizada no município de Barreirinhas - MA. Como práticas de EA voltada para a educação informal (extra-escolar) todos os moradores foram convidados a participar do momento de dinâmicas e discussões, havendo a participação de indivíduos de várias faixas etárias. Na cronologia da EA, já na Conferência de Tbilisi (1977) a declaração produzida na reunião apresentava recomendações para que a EA acontecesse tanto ao nível da educação formal quanto da informal, envolvendo pessoas de todas as idades.

Na organização do trabalho, subdividiram-se as atividades em dois dias de interação com a comunidade: um para a realização da palestra estruturada em eixos numa sequência que permitiu uma discussão ampla sobre a área que habitam, o histórico de Bar da Hora, seguindo com informações sobre turismo, turismo sustentável e sua relação com as populações tradicionais, perpassando pelas determinações legais como responsabilidades do poder público e do cidadão comum e, atingindo o núcleo do trabalho, refletir a respeito da degradação dos recursos naturais de que dispõem, as mudanças de quantidade e qualidade ocorridas ao longo do tempo e sobre a importância do uso responsável destes recursos, consumo consciente, reaproveitamento e destinação adequada de resíduos não-biodegradáveis.

O percurso por cada eixo contou com o uso de recursos didáticos lúdicos, visando possibilitar a compreensão dos conceitos abordados e facilitar a abertura de discussão entre os partícipes.

Na palestra/dinâmica, fez-se a localização da área dos Pequenos Lençóis e de Bar da Hora (Figura 1), seguiu-se com uma dinâmica de reconhecimento histórico da comunidade, na qual perguntas foram colocadas dentro de bexigas de ar (Figura 2a) para que cada grupo estourasse, discutisse e chegasse a uma resposta. Seguiu-se discutindo a responsabilidade e a ligação que as populações tradicionais têm com o lugar em que vivem partindo de um pensamento dialético da noção de que cuidando e

protegendo o meio ambiente, o ser humano poderá salvar a sua espécie e também indagando os sujeitos desta relação naquela comunidade sobre o que pensam destas interações. Ao considerar dialeticamente possíveis as relações entre os diversos ecossistemas, o valor das espécies dilui seu poder nas intrincadas teias da vida e a natureza deixa de ser apenas um palco para o ator homem (ou outra espécie) e passa a ter valor moral.

Abordar os limites dos recursos naturais e as alterações nos ecossistemas, destacando algumas projeções de qual pode ser o futuro da vida no planeta, a necessidade de planejamento a longo prazo, bem como discutir-se as bases de um desenvolvimento sustentável para a realidade vivida é um dos focos desta forma de trabalhar EA.



Figura 2: a) Dinâmica com bexigas, b) Discussão sobre povos tradicionais

A partir destas suposições seguiram-se na discussão sobre como as populações tradicionais podem atuar, ilustrado na Figura 2b. Neste aspecto, deve-se cuidar, portanto, para que esse uso seja conservativo, isto é, que gere o menor impacto possível e respeite as condições de sustentabilidade e de máxima renovabilidade possível dos recursos (PCNs, p. 49). Para aqueles ribeirinhos que habitam uma área com constante visitação turística a orientação geral contida nos PCNs a respeito da sustentabilidade pode ser aproveitada para desenvolverem valores na relação estabelecida com estes turistas, que por vezes deixam um rastro de destruição e desrespeito ao espaço tradicionalmente alheio, mas que como cidadão planetário os pertence e afeta a qualidade de vida. Para isso, os procedimentos acrescentam informações aos valores e atitudes discutidos no parágrafo anterior ao representar a expressão da compreensão obtida a partir de um trabalho feito, daí ser preciso que as pessoas saibam como atuar e como adequar sua prática a esses valores.

No trabalho realizado, a aprendizagem de procedimentos adequados e acessíveis é fator indispensável para o desenvolvimento das capacidades ligadas à participação, à corresponsabilidade e à solidariedade dos indivíduos da comunidade. Descartou-se a relação predominante de que o professor/palestrante ensina e o aluno/ouvinte aprende e estabeleceu-se um processo pedagógico entre gerações diferentes (variadas faixas etárias e níveis de conhecimento), com a discussão de possibilidades de ações conjuntas que pudessem garantir vida saudável para todos, sem se esquecer da “herança ecológica” que se deve deixar às gerações futuras, Reigota (2002, p. 82).

Os Parâmetros seguem a linha da EA brasileira definida em legislação específica. Trabalhou-se um tópico com o título No Brasil/Em Bar da Hora, onde se inseriu as determinações legais para EA estabelecendo um paralelo da EA formal com

a informal objetivando concluir-se que o nível e a possibilidade de envolvimento com ela deve ser semelhante por cidadãos de qualquer parte do país.

No momento apresentaram-se os princípios básicos da Lei 9795/99 e especificamente as recomendações para que a EA tenha enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, de modo a lidar com o meio ambiente na totalidade, com interdependência dos meios natural, sócio-econômico-cultural, visando sua sustentabilidade com base no pluralismo de ideias e ações pedagógicas e, ainda sob a perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade vinculando ética, educação, trabalho e práticas sociais em uma abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais com o devido reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Ainda para esta discussão utilizaram-se os dispositivos da lei para EA não-formal do Art. 10, § 1º “não deve ser implantada como disciplina específica no currículo” e na Seção III, Art. 13, que incita a EA não-Formal a ser feita de ações e práticas educativas de sensibilização da coletividade para organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Em parágrafo único diz que o Poder Público, em todas as esferas, incentivará à sensibilização da sociedade para importância das UCs, a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas a UCs, dentre outras.

Quando se discutiu sobre a importância da água relacionada à sobrevivência dos diversos organismos, utilizaram-se imagens da erosão em áreas da região dos Pequenos Lençóis e uma projeção em slides com narração da “Carta escrita no ano de 2070”, documento publicado na revista biográfica *Crônicas de los Tiempos* em abril de 2002, (www.homemsonhador.com/CartaEscritaNoAno2070.html). Seguindo o mesmo pensamento - a importância do consumo consciente - partiu-se para o tema produção e destinação de resíduos. Utilizou-se uma tabela para informar o tempo de degradação médio dos principais tipos de resíduos que o cidadão comum produz e realizou-se uma dinâmica com a formação de dois grupos, um para registrar sua percepção do tipo e quantidade de lixo disposto na comunidade por meio de fotografias (Figura 3a) e outro para coletar um exemplo de cada tipo de resíduo encontrado nas proximidades percorridas por eles em dez minutos (Figura 3b).



Figura 3: a) Foto de resíduos sólidos na comunidade obtida em atividade lúdica, b) Associação de resíduos a tempo de degradação

Com a aplicação da tarefa perceptiva sobre o lixo gerado e descartado no entorno de onde vivem pôde-se conversar amplamente a respeito da importância do consumo consciente – em qualquer lugar que se esteja, obtendo-se uma resposta significativamente interessante para a proposta, uma vez que o discurso foi

encaminhado pelos próprios participantes que começaram a dar exemplos como o de resíduos encontrados nas vísceras de peixes, de objetos que são trazidos pela maré, que ficam presos às redes de pescaria, dentre outros e, principalmente, de como têm percebido as mudanças ocorridas nas últimas décadas.

Para promover a realização de uma nova atividade lúdica abordando a temática consumo consciente e reaproveitamento, mostraram-se fotos de objetos feitos com material descartável de uso cotidiano (Figura 4), solicitaram-se exemplos e relatos de experiências de produções próprias e confeccionou-se um pufe com garrafas PET levadas pelos moradores, segundo a solicitação anteriormente feita.



Figura 4: Exemplos de reaproveitamento de resíduos sólidos

Com as garrafas PET trazidas pelos moradores de Bar da Hora que participaram da atividade construíram-se pufes em mais uma atividade lúdica (Figura 5a e 5b) e sugeriram-se a construção de artesanatos diversos com materiais reaproveitáveis.



Figura 5: a) Momento em que se mostrava a construção de pufe com PET, b) Grupo montando pufe com garrafas PET.

Sugere-se que a construção de conhecimentos nos contextos educativos se fundamente na negociação de diferentes significados. Ela deve ser um processo democrático, onde os indivíduos partícipes possam emitir juízos críticos sobre o conhecimento, a realidade e as opções possíveis a serem definidas. Esse processo democrático é condição indispensável para construir e compartilhar novos significados sem impô-los. Para trabalhar com significados compartilhados é necessário que as relações se baseiem no respeito às opiniões e a liberdade de expressão dos diversos pontos de vista de todas as partes. Os educadores e formadores ambientais devem

desenvolver dupla dimensão de sua profissão: serem facilitadores da aprendizagem de seus alunos e investigarem sua própria atividade profissional (PEDRINI, 2002, p. 86).

Finalizou-se esta etapa do trabalho reforçando o pensar de que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais. Nele as práticas foram abordadas a partir de um olhar consensual sobre a EA: não há limite de idade para os seus estudantes, tem um caráter de educação permanente, dinâmica, variando apenas no que diz respeito ao seu conteúdo e à metodologia, procurando adequá-las às faixas etárias a que se destina, Reigota (1994, p. 24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos trabalhos são realizados em EA - tema em moda nas últimas décadas, mas poucos se propõem a colocá-la em prática fora do ambiente escolar, especialmente, a buscar realizá-la em comunidades rurais ou tradicionais e tendo como alvo a Educação Ambiental informal.

Este que não começou, nem se encerra com as atividades que compõem esta monografia foca a importância de que o comprometimento com o meio ambiente deve ser exigido de todo cidadão, uma vez que todos os indivíduos são consumidores em potencial dos recursos ambientais, seja *in natura* ou industrializados, e que qualquer ser humano é merecedor de receber de forma lúdica, contextualizada, com fundamentos legais e todo tipo de informação que verse sobre o tema, desde que devidamente preparado em linguagem adequada à sua realidade para que possa contribuir conscientemente para a preservação do meio.

Partiu-se do pressuposto de que consertar danos é sempre um processo mais desafiante que evitar e controlar suas causas. Assim, é fundamental que cada indivíduo tenha consciência e mostre a responsabilidade que tem consigo e com o próximo na preservação ambiental. Os resultados obtidos - dentro da proposta elaborada - foram bastante satisfatórios. Numa reflexão conjunta do papel da EA como tema transversal nos currículos escolares, ressalta-se sua importância para melhoria da qualidade da educação escolar e extra-escolar e também para a construção de uma cidadania ambiental capaz de definir e construir novos cenários, que incluam a possibilidade da justiça social e felicidade humanas.

Na concepção aqui defendida, ela deveria contemplar todas as áreas do saber, inclusive a ambiental. Assim, findam-se os registros desta etapa afirmando que o trabalho segue. Um projeto que visa a sensibilização ambiental rumo a sustentabilidade de um povo tem início conhecido, mas fim incerto, pois não produz resultados precisos ou definitivos, sempre deve estar em andamento na busca de possibilidades e caminhos que levem os envolvidos a manter o que têm de valor tradicional, a preservar seus recursos ambientais e criar caminhos promissores para os habitantes da localidade.

Outra característica desta proposta foi o uso de linguagem que propiciasse fácil compreensão das informações a serem trabalhadas, adequando-se ao público envolvido, dentro de uma abordagem contextualizadora das questões socioambientais em suas dimensões histórica, econômica, cultural, política e ecológica e nas diferentes escalas individual e coletiva, valorizando a visão de mundo, os conhecimentos, a cultura e as práticas de comunidades locais, de povos tradicionais e originários (Conama 422, Art. 2º) como os habitantes de Bar da Hora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNA, V. **Ecologia para Ler, Pensar e Agir: Ética e EA para Todas as Idades**. São Paulo: Paulus, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Decreto Federal n. 88351/83 de 01 de junho de 1983**. Disponível em: <www.lei.adv.br/88351-83.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente: saúde**. 3 ed. Brasília, DF: A Secretaria, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando Com-Vida Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na Escola**. Ministério da Educação/Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF: MMA, 2003.

_____. **Decreto Federal n. 86060 de 2 de junho de 1981**. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências. Brasília: DF, 1981. Disponível em: http://ibama2.ibama.gov.br/cnia2/renima/cnia/lema/lema_texto/HTM-ANTIGOS/86060-81.HTM>. Acesso em: 05 out. 2009.

_____. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF, 1996. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l9394_96.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. Presidência da República. **Lei n. 6.902 de 27 de abril de 1981**. Brasília: DF, 1981.

_____. Presidência da República. **Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: DF, 1999. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l9795_99.htm>. Acesso em: 10 out. 2009.

Carta escrita no ano de 2070. Documento extraído da revista biográfica "Crônicas de los Tiempos" de Abril de 2002. Disponível em: <http://www.homemsonhador.com/CartaEscritaNoAno2070.html>. Acesso em: 15 set. 2009.

Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução n. 10 de 14 de dezembro de 1988**. Publicado no D.O.U, em 11/08/89, Seção II, p. 13.660.

_____. **Resolução n. 422 de 23 de março de 2010.** Publicado no D.O.U nº 56, em 24 de março de 2010, p. 91.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FERRY, L. I. et al. **Reflexões para o Futuro:** Ecodúvidas. Edição Especial da Revista Veja, São Paulo: Abril, 1993.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental.** Coleção temas em meio ambiente. Rio de Janeiro: UNIGRANRIO, 2000.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA). **Decreto Estadual n. 11.899 de 11 de Junho de 1991 e reeditado em 05 de Outubro de 1991.** Cria a Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Preguiças - Pequenos Lençóis - Região Lagunar Adjacente. Disponível em: <www.sema.ma.gov.br/portal/porta1oo?ti=N&idtabe1a=96®istros=id_unidade_conser vacao;8;2;3>. Acesso em: 05 out. 2009.

MIELKE, E. J. C. Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária: uma abordagem prática e sustentável. **Disponível em:** <<http://www.portaldomeioambiente.org.br/ecoleituras-e-lancamentos>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

PEDRINI, A. G. **O Contrato Social da Ciência:** Unindo Saberes na Educação Ambiental. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

REIGOTA, M. **A floresta e a escola:** por uma educação ambiental pós-moderna. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O que é Educação Ambiental.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.